RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 02 de Novembro de 2026

Crise no STF pode levar eleitor a decidir questão jurídica nas urnas, alerta analista

Impasse na Corte com caso Moraes preocupa especialistas que temem transferência da disputa para o campo eleitoral

A instituição enfrenta momento crítico após sessão plenária realizada na terça-feira (15), destinada a avaliar o mérito de supostas conexões entre Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, que terminou sem definição conclusiva sobre o tema.

O especialista em política Caio Junqueira analisou o cenário durante entrevista ao WW, descrevendo a situação como extremamente incerta e manifestando preocupação com as possíveis consequências do impasse institucional.

Na avaliação de Junqueira, o perigo iminente consiste na possibilidade de a disputa interna da instituição ser deslocada para o terreno das eleições. "Minha inquietação, tanto como cidadão quanto como jornalista, é que toda essa desordem acabe sendo resolvida nas urnas, local onde não deveria ser decidida", declarou o analista.

"Não compete ao eleitor brasileiro definir o futuro do Supremo Tribunal Federal", complementou.

Estratégia de Fachin encontra obstáculos

Segundo Junqueira, o presidente do STF, Edson Fachin, havia estruturado uma abordagem para solucionar os desafios de maneira ordenada — primeiramente o episódio envolvendo Alexandre de Moraes e, na sequência, o julgamento pertinente a André Mendonça, agendado para o período seguinte.

Devido ao encerramento da sessão sem resolução clara, a estratégia previamente estabelecida sofreu abalos significativos. Conforme relata o analista, subsistem indefinições acerca da manutenção ou cancelamento da sessão subsequente.

Junqueira ressaltou igualmente a intricada natureza técnica da questão, apontando a potencialidade de divisão igualitária dos votos e a controvérsia em torno da existência ou não do chamado "voto de Minerva" para o presidente da instituição.

Tratando-se de processo de caráter criminal, essa faculdade provavelmente não teria validade, circunstância que poderia originar novo questionamento processual e intensificar a crise institucional.

Seleção de magistrados sofreu "desvio de propósito"

Junqueira relembrou que a Carta Magna estabelece de forma precisa que a nomeação de integrantes do STF deve passar pela aprovação do chefe do Executivo e receber confirmação do Poder Legislativo,

fundamentada em reconhecida competência jurídica e conduta íntegra. Entretanto, na visão do especialista, esse processo experimentou um "desvio de rumo" sob influência político-ideológica.

O analista alertou ainda sobre um possível desdobramento futuro: com as campanhas eleitorais em aproximação, o futuro presidente terá influência substancial na definição do perfil da Corte. "O próximo presidente da República, muito presumivelmente, pode ser responsável por resolver esse conflito, pois será capaz de indicar não menos de quatro ministros da instituição", observou Junqueira, salientando que essa possibilidade poderá alterar o equilíbrio em benefício de determinado segmento.